

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.246 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL  
RECDO.(A/S) : FULVIANA APARECIDA SOARES PEREIRA  
RECDO.(A/S) : B S P T REPRESENTADA POR FULVIANA APARECIDA SOARES PEREIRA  
RECDO.(A/S) : J S P T REPRESENTADO POR FULVIANA APARECIDA SOARES PEREIRA  
RECDO.(A/S) : M H S P T REPRESENTADO POR FULVIANA APARECIDA SOARES PEREIRA  
ADV.(A/S) : ALEXANDRE HENARES PIRES

**DECISÃO:** A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo interposto pela parte ora agravante, no qual esta **sustenta** que o Tribunal “*a quo*” teria transgredido preceitos inscritos na Constituição da República.

**Cumpr**e ressaltar que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário.

**De outro lado**, o acórdão recorrido **decidiu** a controvérsia à luz dos fatos e das provas existentes nos autos, circunstância esta que **obsta** o próprio conhecimento do apelo extremo, em face do que se contém na **Súmula 279** do Supremo Tribunal Federal.

**Impõe-se observar, ainda, no que concerne** à própria controvérsia ora **suscitada**, que o entendimento exposto na **presente** decisão **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito desta Suprema Corte

ARE 920246 / SP

(ARE 702.966-AgR/BA, Rel. Min. GILMAR MENDES – ARE 791.166-AgR/RS, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – ARE 892.396/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, v.g.):

*“DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO. CUMPRIMENTO DE REQUISITOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.*

*1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que matéria relativa ao cumprimento dos requisitos para concessão de benefícios previdenciários não tem natureza constitucional, justamente por tratar-se de matéria infraconstitucional e demandar o reexame do acervo probatório dos autos (Súmula 279/STF). Precedentes.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.”*

(ARE 828.289-AgR/RJ, Rel. Min. ROBERTO BARROSO)

**Sendo assim**, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator